

Boletim Internacional



Ano VI nº 04 15.02.2006

Trabalhadores siderúrgicos pensam global

Dave Beal

Um dos principais locais de produção em St. Paul – a sua siderúrgica de 39 anos, banhada pelo rio Mississipi, ocupou o centro do palco num debate em andamento sobre o efeito líquido do crescimento da economia global sobre os trabalhadores norte-americanos.

O ainda poderoso sindicato internacional da fábrica está tentando estender sua mão sobre o jogo da globalização, um jogo que muitas empresas transnacionais tem jogado tão eficientemente.

Negociadores da empresa e do sindicato estão envolvidos em duras negociações em torno do primeiro contrato dos trabalhadores do Local 7263 do United Steelworkers of America com o novo dono da usina, a Gerdau Ameristeel.

Eles imediatamente autorizaram a realização de uma greve depois que o antigo contrato de trabalho expirou em julho último. Essa votação ocorreu em meio a um amargo locaute que fechou por sete meses a usina irmã da Gerdau em Beaumont, Texas.



Em Novembro, os negociadores chegaram finalmente a um acordo parcial sobre temas não econômicos – procedimentos sobre queixas, regras de trabalho, etc. – e trocaram propostas econômicas. Os dois lados preparam-se para iniciar nesta semana o debate sobre as questões concretas: salários, benefícios de aposentadoria e de saúde e fundo de benefícios suplementares.

Ao mesmo tempo os duros desafios que os patrões e os trabalhadores siderúrgicos enfrentam quanto à rápida globalização da indústria do aço pesam sobre a mesa de negociações.

A Gerdau Ameristeel faz parte do grupo Gerdau S.A., em rápido crescimento – o 12^a produtor de aço do mundo. A companhia, sediada em Porto Alegre, Brasil, emprega mais de 23 mil trabalhadores no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, os EUA e o Canadá. A sua última aquisição, uma grande participação na siderúrgica espanhola Sidenor, deu-lhe presença na Europa.

Os diretores da Gerdau nos Estados Unidos dizem que para competir nessa crescente indústria global eles precisam de uma “negociação realista”.

Philip Bell, diretor de Recursos Humanos da Gerdau Ameristeel argumenta que a administração quer evitar o mesmo destino dos trabalhadores da Northwest Airlines, General Motors, Ford e outras grandes empresas. Essas empresas encontram-se hoje enrascadas porque, na visão de Bell, os seus contratos de trabalho deram benefícios irrealísticos para seus trabalhadores.

“Então elas se viram na posição da GM, tendo que congelar pensões, eliminar benefícios de aposentadoria e repassar aos empregados dramáticos aumentos nas despesas de saúde”, diz Bell.

Ele acrescenta ainda que “ os altos preços atuais do aço, os lucros e os preços das ações não deverão perdurar nesta industria altamente ciclica”.

As lideranças sindicais daqui e da sede dos siderúrgicos em Pittsburgh contestam que a “negociação realista” é um simples eufemismo para arrancar mais concessões. Concessões, eles se apressam em acrescentar, que a Gerdau Ameristeel não precisa.

A Gerdau Ameristeel entrou na Bolsa em 2004 e na semana passada informou vendas de US 3,9 bilhões em 2005, um crescimento de 29%. Suas ações, que vêm tendo recomendações de compra por analistas financeiros nas ultimas semanas, tiveram novo aumento no mês passado. Os líderes sindicais dizem que a fabrica da Gerdau em St. Paul está ganhando muito dinheiro.

Eles dizem que as propostas que a Gerdau está fazendo na mesa de negociação vão jogar os trabalhadores numa espiral descendente de salários e benefícios e perda de empregos. O seu medo é o de se tornar cada vez mais enredado numa proverbial “corrida para o fundo” que já acabou com os ganhos de milhares de trabalhadores siderúrgicos da América do Norte.

O sindicato contra-ataca estabelecendo sua própria estratégia global , um tipo de “campanha corporativa” que emprega uma extensa pesquisa sobre o império da Gerdau e o fortalecimento dos laços com trabalhadores da Gerdau no Canadá e na América do Sul.

Um aspecto chave da batalha é uma ligação com líderes políticos e os trabalhadores da Gerdau do Brasil, onde ela foi fundada há 104 anos atrás. Cerca de metade da produção e 15 mil de seus trabalhadores estão no Brasil.

Em setembro passado, líderes sindicais viajaram para Porto Alegre para encontrar-se com trabalhadores da Gerdau, seus dirigentes sindicais e políticos do país.

Agora os dirigentes de duas das maiores centrais sindicais industriais brasileiras - **Fernando Lopes, secretário geral da CNM/CUT** e Nair Goulart da CNTM – vieram a St. Paul para uma conferência internacional de trabalhadores da Gerdau. Juntos os dois grupos representam 1,5 milhão de metalúrgicos.

Os empregados e a direção da Gerdau no Brasil tem uma boa relação de trabalho, disse Lopes, mas essa situação só veio depois de “uma longa batalha”.

Lopes acrescentou que os trabalhadores da Gerdau precisam se unir além das fronteiras para ganhar poder de barganha que vai permitir que eles contrabalancem os efeitos da globalização.

“O que a Gerdau está tentando fazer aqui não é aceitável” ele disse, se referindo à postura dura da empresa em Beaumont e agora em St. Paul.

Na semana passada uma delegação de 22 trabalhadores siderúrgicos participou de uma conferencia sobre “companhias globais e sindicatos globais” em Nova Iorque, patrocinada pela Universidade Cornell.

Os 400 trabalhadores da usina de St. Paul – 330 filiados ao Local 7263 – representam uma das maiores e mais produtivas forças de trabalho da cidade. Eles ganham uma média de US\$ 20 por hora, de acordo com Bell e mais benefícios.

Uma visita á fabrica gera respeito pelos seus trabalhadores. A usina funciona o dia inteiro sete dias na semana. O barulho é como o estrondo constante de palmas. A temperatura pode flutuar absurdamente, de um calor do vapor para revigorantes ventos frios.

Muitos trabalhadores não estão felizes com as propostas da Gerdau. Kevin Fahey, um representante sindical disse que as propostas fariam ele andar para trás na sua pensão, traria uma nova escala de salários e eliminaria benefícios suplementares.

Fahey disse que a negociação é muito mais dura que sob a administração do antigo dono, a Cargill. “Ela era uma negociadora dura, mas fazia as coisas certas na mesa de negociação”.

Tudo isso traz a questão de quanto a estratégia global do Sindicato dos Trabalhadores Siderúrgicos trará frutos.

“De muitas maneiras, especialmente para a industria siderúrgica dos EUA, é muito pequeno e muito tarde”, disse Gary Chaison, um especialista em relações industriais da Universidade Clark. As transnacionais como a Gerdau controlam a maioria das fichas agora, ele diz. Elas



podem transferir a produção e usam de ameaças para baixar os salários e benefícios e para cortar empregos.

Outros discordam disso.

“A economia global tornou-se um alto-forno que procura eliminar muitos dos ganhos que os trabalhadores siderúrgicos conseguiram ao longo dos anos”, disse Harley Shaiken da Universidade da Califórnia em Berkeley, que acredita ser ainda muito cedo para dizer como os trabalhadores siderúrgicos vão se sair em sua campanha internacional.

De qualquer forma eles não tem outra saída senão tentar. (Dave Beal pode ser contatado através de dbeal@pioneerpress.com) (*Pioneer Press, 12.02.2006*)

EUA batem outro recorde de déficit comercial

O déficit dos Estados Unidos no comércio de bens e serviços aumentou em dezembro e levou o saldo negativo anual ao valor recorde de US\$ 725,8 bilhões, 17,5% a mais que em 2004, informou ontem o Governo. Segundo os dados divulgados pelo Departamento de Comércio, o déficit em dezembro cresceu US\$ 65,7 bilhões, 1,5% em relação aos US\$ 64,7 bilhões registrados em novembro, o terceiro déficit mensal mais alto da história. A maioria dos analistas esperava que o déficit em dezembro se mantivesse em US\$ 65 bilhões.

A balança comercial de 2005 impulsionou déficits bilaterais sem precedentes com a China, a União Européia, Japão, Canadá, América Latina e o Caribe, e os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Durante quatro anos consecutivos, os Estados Unidos bateram recordes de déficit comercial, e desde meados de 2000 o país perdeu quase três milhões de empregos na indústria. O déficit do ano passado reflete um aumento de 12,9% no valor das importações, que chegou a US\$ 2 trilhões.

As exportações dos EUA subiram 5,7%, atingindo o valor sem precedentes, de US\$ 1,27 trilhão. Na balança comercial, o déficit dos EUA no ano passado foi de US\$ 782,101 bilhões, comparado com os US\$ 665,390 bilhões de 2004. Na balança de serviços, os Estados Unidos alcançaram um superávit de US\$ 56,342 bilhões, depois dos US\$ 47,807 bilhões do ano anterior.

Expectativa

Já era esperado que o déficit superasse os US\$ 617,6 bilhões de 2004, e apesar dos valores em queda nas bolsas, os investidores acham que estes dados não terão muito impacto no cálculo do crescimento econômico do quarto trimestre. O superávit dos países da América Latina e do Caribe no comércio de bens com os Estados Unidos aumentou 32,2% em 2005 e alcançou os US\$ 100,840 bilhões, segundo o relatório do Departamento de Comércio.

Em 2005, a América Latina e o Caribe venderam 17,5% dos bens importados pelos Estados Unidos, pouco mais que os 17% do ano anterior. Mas a região, que em 2004 adquiriu 21% dos bens exportados pelos Estados Unidos, em 2005 foi mercado para apenas 13,2% das exportações de bens americanos.

Em dezembro, o saldo das exportações latino-americanas e caribenhas foi de US\$ 8,706 bilhões, sem grandes mudanças sobre os US\$ 8,702 bilhões do mês anterior. O superávit dos países do Leste da Ásia no comércio de bens com os Estados Unidos aumentou 16,1% em 2005 e alcançou os US\$ 328,567 milhões de dólares.

Valor similar

Também em 2005, os países do Leste da Ásia venderam 33% dos bens comprados pelos EUA, um valor similar ao do ano anterior. Os países desta região, que em 2004 compraram 25,6% dos bens exportados pelos Estados Unidos, ano passado, adquiriram 24,6% dos bens americanos destinados ao exterior. A China continua batendo recordes pelo quarto ano consecutivo com um superávit de US\$ 201,626 bilhões, que equivale a mais de 26% de todo o déficit do comércio de bens dos EUA. Em 2004, o superávit chinês foi US\$ 161,938 bilhões. (*Tribuna da Imprensa, 11.02.2006*)

A pior caricatura

José Arthur Giannotti

Mais do que todos os outros, temo os fundamentalistas ocidentais -principalmente aqueles que, empregando o discurso iluminista, se aproveitam dos tumultos provocados pelas caricaturas de Maomé para propor medidas que restrinjam nossas liberdades de expressão.

Lamento profundamente as mortes que têm ocorrido durante os protestos contra a publicação das charges dinamarquesas. Entretanto basta examinar o mapa dos lugares mais revoltados para que se perceba que eles já tinham sido esquentados pela intervenção cada vez mais dura das potências ocidentais. Não creio que um Afeganistão pacificado reagisse com tal violência a uma provocação. Por todos os lados, as charges estão servindo para incitar as massas com fins políticos.

O que mais preocupa é a propaganda pela autocensura da imprensa, os sermões sobre os limites da liberdade -enfim, toda essa ladainha em torno da responsabilidade da imprensa livre, que não deve cair na tentação de extravasar limites ofendendo sentimentos religiosos, símbolos coletivos e a honra pessoal.

Se o perigo é o fanatismo daqui e dali, não queiram me convencer de que se trata de um confronto entre Ocidente e Oriente

No final das contas, quem estabelece quais são tais limites? Em um Estado de Direito, é a própria legislação que deve estar aparelhada para separar a injúria da crítica sarcástica ou brincalhona. Desse modo, já que em Roma se faz como os romanos, cabe às organizações muçulmanas reconhecer outros direitos e devidamente processar os desenhistas e a revista.

Porém, não só não o fazem mas, exibindo os pobres diabos que foram levados ao Holocausto, se aliam às correntes ocidentais que, por todos os meios, tentam garrotear a imprensa e controlar o ensino para que não veiculem teses esdrúxulas como aquela pregada pela teoria da evolução das espécies.

A propaganda que está sendo feita para que a imprensa e os escritores se censurem eles próprios quebra uma das colunas do espaço público do Ocidente.

Entre nós, o artista ou o escritor se exprime até onde achar conveniente, e aqueles que se sentirem insultados que recorram aos tribunais competentes. E se a maioria é contra uma lei relaxada, que trate de mudá-la.

Entristece-me a morte de tantos muçulmanos que, em praça pública, manifestam sua ira, mas também nós tivemos nossas perdas na batalha pela liberdade de expressão: Sócrates foi morto porque pretendia ensinar os jovens atenienses à sua maneira; cristãos foram massacrados porque se recusaram a honrar os deuses de Roma, embora esse ritual fosse apenas cívico, nada importando a crença de cada um; desde 1.199 d.C., a Inquisição reprimiu, prendeu e queimou hereges; e assim por diante.

Foi, portanto, à custa de muito sofrimento, de muito sangue que se conseguiu aquela liberdade de opinião cujos limites somente podem ser regulados pelo próprio debate no contexto de ordenamentos jurídicos particulares.

Que cada religião, que cada Estado nacional tenha o seu, sem querer impô-lo aos outros. A partir da luta e da tolerância alcançada é que se pode assistir em São Paulo ou em Meca a um filme de Buñuel no qual se vê Cristo sair de um bordel santificado por uma grande farra. Até mesmo no provinciano Brasil não foi possível uma campanha pelo Estado leigo que, para desmoralizar a Igreja Católica, lançou mão das caricaturas mais cruéis?

Se o perigo é o fanatismo daqui e dali, não queiram me convencer de que se trata de um confronto entre o Ocidente e o Oriente, que precisaria ser prevenido por uma política prudente. A questão, a disputa é moral, e, nesse plano, só se pode conviver com ela se houver tolerância de ambas as partes.

José Arthur Giannotti, filósofo, é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e coordenador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). É autor de, entre outras obras, "Certa Herança Marxista" (Companhia das Letras) e escreve mensalmente para o caderno Mais!. (Folha de São Paulo, 14.02.2006)

Erro de cálculo dos custos da guerra

Estimativas de gastos dos EUA foram uma fantasia igual a das armas de destruição em massa de Saddam

Por Martin Wolf

Antes do começo da guerra do Iraque, Lawrence Lindsey, então conselheiro econômico do presidente americano George W. Bush, sugeriu que os custos poderiam chegar a US\$ 200 bilhões. A Casa Branca imediatamente o demitiu. Lindsey estava realmente enganado. Seu erro, porém, reside no fato de ter subestimado grosseiramente os custos. As estimativas da administração, de um custo de cerca de US\$ 50 bilhões a US\$ 60 bilhões, foram uma fantasia, assim como o foram as armas de destruição em massa de Saddam Hussein, e muito mais.

Uma análise feita por Linda Bilmes, da Universidade Harvard, e o prêmio Nobel Joseph Stiglitz, da Universidade Columbia, sugere que o governo subestimou os custos econômicos em mais do que um grau de magnitude ("The Economic Costs of the Iraq War", em www2.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/). Paraphraseando o antigo senador Everett Dirksen: "Um erro de US\$ 100 bilhões aqui, outro de US\$ 100 bilhões acolá e logo mais estaremos falando de dinheiro de verdade".

Até agora, o governo gastou US\$ 251 bilhões em dinheiro vivo. Os gastos, porém, continuam. Se os EUA começarem a retirar tropas neste ano, e mantiverem uma presença decrescente pelos próximos cinco anos, o custo adicional será de pelo menos US\$ 200 bilhões, sob o que os professores Bilmes e Stiglitz chamam de sua opção "conservadora". Sob sua opção "moderada", o custo atinge US\$ 271 bilhões, pois nela as tropas permanecem até 2015.

Custos adicionais precisam ser somados: tratamento médico; custo dos ferimentos; indenizações por invalidez; custo de desmobilização; necessidade de despesas militares adicionais (em parte devido aos custos de recrutamento mais elevados no pós-guerra) e juros adicionais sobre a dívida. Esses custos aumentarão quanto maior e mais prolongada for a presença das tropas. Pelo cenário conservador, o custo orçamentário total é estimado em US\$ 750 bilhões. Pelo cenário moderado, o custo é de US\$ 1.184 trilhões. Para colocar isso em contexto, o custo orçamentário mínimo é dez vezes a ajuda para desenvolvimento oficial anual líquida do mundo para todos os países em desenvolvimento.

Os trabalhadores e seus sindicatos estão contra a guerra



Agora consideremos os custos mais amplos para a economia dos EUA. No caso conservador, os ajustes acrescentam US\$ 187 bilhões ao custo orçamentário, mesmo se o impacto macroeconômico for ignorado. No moderado, agregam US\$ 305 bilhões.

Quais são esses custos econômicos? A diferença entre os salários que os reservistas recebem em suas ocupações normais e os soldos mais baixos que recebem no serviço ativo são um custo. Embora a vida seja inestimável, o governo inevitavelmente avalia vidas ao tomar as suas decisões. Usando a avaliação de US\$ 6,1 milhões da Agência de Proteção ao Meio Ambiente, os autores concluem que os custos das mortes será de pelo menos US\$ 23 bilhões. Também há os custos econômicos continuados decorrentes dos terríveis ferimentos. Por fim, há a acelerada depreciação do equipamento militar.

Até aqui, pois, o custo econômico resulta em no mínimo US\$ 839 bilhões (excluindo juros). Isso, infelizmente, não é o fim da história. Em uma área, pelo menos, os custos adicionais são evidentes: o salto no preço do petróleo. Afirma-se que Lindsey teria dito que "a melhor forma de manter os preços do petróleo sob controle será uma guerra curta e bem-sucedida no Iraque". Ele estava errado. A produção do petróleo no Iraque despencou, passando de aproximadamente 2,6 milhões de barris ao dia antes da guerra para 1,1 milhão de barris ao dia.

Antes da guerra, esperava-se que o preço do petróleo permanecesse em US\$ 20 a US\$ 30 o barril. Na prática, ele tem superado o dobro desse valor. A premissa conservadora dos autores

é que US\$ 5 desse valor seja devido à guerra. Sua premissa moderada é que o impacto teria sido de US\$ 10. Um aumento de US\$ 5 impõe um custo de US\$ 25 bilhões anuais sobre os EUA; um acréscimo de US\$ 10, um custo de US\$ 50 bilhões.

Os preços mais altos do petróleo têm efeitos macroeconômicos mais amplos. No curto e médio prazos, os gastos dos consumidores agora mais pobres tendem a cair mais rapidamente do que o ritmo de crescimento dos gastos dos produtores hoje mais ricos. Bancos centrais preocupados com a inflação também adotam políticas monetárias mais rígidas em relação às que teriam promovido normalmente, embora a política fiscal não se ajuste tão prontamente a tais mudanças. Com um modesto "multiplicador de receita" de 1,5, a estimativa conservadora das perdas adicionais em produção é de US\$ 187 bilhões ao longo de cinco anos. Com um multiplicador de dois e o efeito de preço mais elevado, esses custos crescem para US\$ 450 bilhões.

Os autores também acrescentam duas diferenças entre despesas com a guerra no Iraque e alternativas prováveis; em primeiro lugar, a maioria esmagadora delas está no exterior; em segundo, elas não contribuem diretamente para o consumo, hoje ou no futuro. Com esses custos computados, os custos macroeconômicos totais podem chegar a US\$ 750 bilhões, e os custos totais, a US\$ 1.85 trilhão.

Os críticos ressaltarão que ambos serviram sob o presidente Bill Clinton. Na atmosfera aquecida atual da política dos EUA isto será o suficiente para desacreditar as suas análises. Pois não deveria. Quer acreditemos que a guerra tenha sido ou não justificada, ainda assim deveríamos estar preocupados com o fato de que uma decisão de ir para uma guerra tenha sido tomada na ausência de qualquer análise inteligente dos custos prováveis.

Da mesma forma, ninguém pode argumentar que foi impossível realizar tal análise. Como já mostrei em uma coluna questionando a guerra, publicada há quase três anos, William Nordhaus, da Universidade Yale, já havia preparado uma esplêndida análise, que sugeria que US\$ 100 bilhões seria o menor custo imaginável, e próximo de US\$ 2 trilhões, perfeitamente concebível.

A presente análise também ignora uma série de efeitos econômicos e não-econômicos significativos. Entre estes estão: custos arcados por outros países, como os gerados pelos preços mais altos do petróleo; custos subseqüentes à criação de um vínculo entre o Iraque e o movimento de resistência muçulmano, que não existia anteriormente, com base nas evidências; custos de aumentar a renda de alguns dos regimes menos desejáveis do mundo, acima de todos, o Irã; custos de desperdiçar a opção de travar guerras campais em outros lugares ou de lutar no Iraque posteriormente, sob melhores condições, melhor nível de informação e melhor preparo; custos de enfurecer muitos muçulmanos; custos para a eficácia das forças armadas dos EUA; custos de fragmentar a aliança ocidental; a perda de vidas iraquianas; o custo à credibilidade dos EUA, de ir à guerra sob uma premissa falsa; e o custo à reputação dos EUA pelos escândalos das torturas.

É possível afirmar que os benefícios para o Iraque, o Oriente Médio e o mundo superarão todos esses custos. Isso depende, porém, do aparecimento, no Iraque, de uma ordem democrática pacífica e estável. Esse objetivo ainda não foi alcançado.

Mesmo os que apoiaram a guerra devem tirar duas conclusões. Primeira, o exercício do poderio militar é muito mais caro do que muitos ingenuamente esperavam. Segunda, esses tipos de decisões políticas requerem uma análise decente dos custos e possíveis conseqüências na metade do caminho. O fracasso da administração em proceder desta forma foi um erro crasso que prejudicará os EUA e o mundo por anos a fio. (*Valor Econômico*, 11.01.2006)

**CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT**

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

internacional@cnmcut.org

<http://www.cnmcut.org.br>